

Discursos, vozes e sentidos: uma análise do desfecho do sequestro do ônibus 174 no documentário de José Padilha¹

Cleonice Viana NUNES²
Mayra do Nascimento LEAL³
Pedro Fernandes dos SANTOS⁴
Luciana Miranda COSTA⁵
Universidade Federal do Pará, Belém, PA

Resumo

O artigo analisa quais e como são constituídos os principais discursos sociais que aparecem no documentário “Ônibus 174”, lançado em 2002, pelo cineasta brasileiro José Padilha. O trabalho avalia também qual o lugar de fala dos personagens do filme e que discurso esses personagens reforçam ou reproduzem. Para isso, faz-se uma análise do discurso do desfecho do referido documentário com base nas leituras de duas obras do filósofo francês Michel Foucault, “A arqueologia do saber” e “A ordem do discurso”. O documentário “Ônibus 174”, com duração de 150 minutos, relata o sequestro do Ônibus 174, ocorrido no dia 12 de junho de 2000, no bairro Jardim Botânico, zona sul da cidade do Rio de Janeiro (RJ).

Palavras-chave: Mídia; Ônibus 174; documentário; discurso; discurso social.

Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar a formação discursiva dada como justificativa para a morte de Sandro do Nascimento, o sequestrador do Ônibus 174, por meio dos enunciados de sete personagens extraídos do trecho final do documentário “Ônibus 174”, (de seguinte minutagem: 1:53:00 a 1:55:05). Analisaremos estes enunciados tendo como base teórica os conceitos de discurso e enunciado, de Michel Foucault, nas respectivas obras “A arqueologia do Saber” (2002) e “A Ordem do Discurso” (1996). Também utilizaremos os conceitos de documentário de Fernão Pessoa Ramos, de sua obra “O que é um documentário?”(2001), e de Bill Nichols, do livro “Introdução ao documentário”(2005).

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática Estudos Interdisciplinares da Comunicação, da Intercom Júnior – X Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Graduanda do 8º semestre em Comunicação Social, Habilitação Jornalismo, da Universidade Federal do Pará, e-mail: cleoviana.cn@gmail.com.

³ Graduanda do 8º semestre em Comunicação Social, Habilitação Jornalismo, da Universidade Federal do Pará, e-mail: mayraleal10@gmail.com.

⁴ Graduando do 8º semestre em Comunicação Social, Habilitação Jornalismo, da Universidade Federal do Pará, e-mail: pedro.pagliacci20@gmail.com.

⁵ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Comunicação Social, da Universidade Federal do Pará, e-mail: lmirandaeua@gmail.com.

O documentário e a representação do social

No cinema ou audiovisual, o documentário é um gênero que pode ser definido como um registro do real ou realidade. Este processo acontece de forma diversa do cinema argumental ou de ficção que nasce a partir de uma idéia podendo ser inspirada em situações reais, mas que é construída no imaginário da pessoa que o cria por meio de um argumento.

O documentário, embora tenha necessariamente uma fase de investigação, nasce na imagem, ou seja, "escreve-se" a partir da imagem registrada da realidade. Segundo Ramos, (2000) no documentário a investigação ajuda o autor a melhor entender e a procurar em campo as perspectivas do tema que está a desenvolver. Mas em muitos casos, não é possível prever o que irá ser registrado em termos de imagem, que dependerá, em grande medida, da oportunidade, uma das situações mais fascinantes deste gênero audiovisual. Existem diferentes abordagens ao documentário, desde os mais puristas que pretendem captar a realidade fidedignamente até os que elaboram documentários ficcionais que pretendem contar uma situação com uma linguagem escrita e visual com um olhar mais subjetivo.

Todo filme é um documentário (NICHOLS, 2005). Segundo Bill Nichols, existem dois tipos de filme. Os documentários de satisfação de desejos e os documentários de representação social. Cada tipo conta uma história. Essas histórias (narrativas), no entanto, são de espécies diferentes. Os documentários de satisfação de desejos são aqueles conhecidos como 'ficção'. Os filmes desse tipo expressam de forma direta sonhos, desejos, pesadelos e terrores. Concretizam, por meios visíveis e audíveis, os frutos da imaginação humana.

Os documentários de representação social são chamados normalmente de "não ficção". Esses filmes representam de forma direta facetas de um mundo ocupado e compartilhado pelos indivíduos humanos. Tornam visível e audível, de modo peculiar, a realidade social, conforme a seleção e a organização efetuada pelo documentarista. Expressam o entendimento humano sobre o que a realidade é, foi e poderá ser. Apresentam reivindicações, afirmações, pontos de vista e argumentos relativos ao mundo social.

Os documentários de representação social proporcionam novas visões da realidade que é comum a todos. Segundo Bill Nichols, esse tipo de documentário permite a discussão de questões de interesse público.

Essas visões colocam diante de nós questões sociais e atualidades, problemas recorrentes e soluções possíveis. O vínculo entre o documentário e o mundo histórico é forte e profundo. O documentário acrescenta uma nova dimensão à memória popular e à história social (FOUCAULT, 2005, p. 27).

O documentário “Ônibus 174” pode ser classificado nessa última categoria, uma vez que discute problemas marcantes da sociedade brasileira: a violência urbana e a desigualdade social.

O sequestro do ônibus 174

Na tarde de 12 de junho de 2000, Sandro Rosa do Nascimento, 22 anos, sobe no ônibus de linha 174, no Rio de Janeiro, portando um revólver calibre 38 com o intuito de assaltar os passageiros do veículo. O protagonista e sequestrador é um ex-menino de rua, sobrevivente do massacre da Candelária, em 1993, episódio em que policiais assassinaram adolescentes que dormiam próximo à Igreja da Candelária, na capital carioca.

Pouco tempo depois, o ônibus foi interceptado pela polícia militar em frente ao Jardim Botânico após o sinal de um passageiro, fazendo com que Sandro fizesse dez reféns, e tentasse negociar suas vidas junto ao Batalhão de Operações Especiais (BOPE), que logo assumiu a operação.

Sandro libera alguns reféns aos poucos, enquanto outros simplesmente fogem pela janela. A estudante Janaína, com 23 anos na época, é usada como porta-voz e escudo do sequestrador. Usando um batom, ela escreve na janela do ônibus frases indicadas por Sandro, que diziam que ele mataria todos às 18h, caso suas reivindicações não fossem atendidas. Por mais de quatro horas, Sandro dita palavras de ordem, diz estar possuído e simula a execução da refém.

O desfecho do episódio traz Sandro descendo do ônibus, de forma inesperada, utilizando como escudo a professora de 20 anos, Geisa Gonçalves, uma das reféns do sequestro. É neste momento que Armando, policial do Batalhão de Operações Especiais (BOPE), tenta alvejar Sandro, mas a reação do sequestrador e o possível despreparo do policial faz com que ele erre os três tiros disparados, enquanto Sandro cai agarrado a Geisa e dispara mais três tiros. Sandro é levado imobilizado para o camburão da polícia, enquanto a população tenta linchá-lo, e Geisa é levada inconsciente até uma ambulância. Instantes depois, ambos estão mortos. De acordo com o Instituto Médico Legal, a refém foi atingida

quatro vezes, o primeiro tiro pela arma do policial e os restantes à queima-roupa por Sandro. O sequestrador foi morto na viatura da polícia por asfixia após ser imobilizado por cinco policiais.

As quase cinco horas do sequestro foram transmitidas ao vivo por diversas emissoras de televisão, para todo o Brasil e também para o mundo.

O documentário “Ônibus 174”

Em 2002, dois anos após o Sequestro do Ônibus 174, José Padilha, cineasta brasileiro, dirigiu o documentário “Ônibus 174” que traz ao público informações esclarecedoras do episódio protagonizado por Sandro, trazendo realidades não exploradas pelos grandes meios de comunicação na cobertura do caso. Padilha mostra a trajetória de Sandro antes de subir no ônibus 174 naquele 12 de junho, abordando realidades tão inerentes à vida urbana, que passam despercebidas ou são esquecidas.

Através de depoimentos reais de amigos, familiares e conhecidos de Sandro; de especialistas; de pessoas que tiveram experiências semelhantes à de Sandro; e dos atores do sequestro - os reféns, a polícia e os jornalistas presentes-, constrói-se uma linha argumentativa que parte de uma visão sociológica e antropológica que busca analisar problemas sociais e seus reflexos na construção do ser humano. Intercalando a história da vida de Sandro ao episódio do sequestro do ônibus 174, com imagens da cobertura televisiva da Rede Record, TV Globo e TV Bandeirantes, o documentário evidencia várias realidades. As principais são a dos meninos de rua, que vivem em situação de violação social, preconceitos e invisibilidade diante da sociedade; a deficiência na atuação da polícia; a desigualdade social; a precariedade do sistema penitenciário e de casas juvenis de reabilitação e ressocialização; e a reflexão de como a presença midiática ajuda a construir um espetáculo em cima de fatos e de que forma ela influencia no desfecho destes episódios.

Menos imediatista e superficial que a cobertura midiática, o documentário traz o conhecimento de uma realidade ignorada ou desconhecida, promovendo argumentos e criando significados que ajudam na compreensão da realidade social brasileira. O documentário “Ônibus 174” esteve presente em vários festivais de cinema de todo o mundo, ficando entre os doze filmes pré-selecionados para concorrer ao Oscar de melhor documentário em 2004.

Foucault e a Análise do Discurso

Para analisarmos os enunciados do documentário “Ônibus 174”, especificamente a sua passagem final, que mostra as cenas do desfecho do sequestro, utilizamos o modelo de Análise do Discurso Foucaultiano. Foucault (2008) define o Discurso como um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiam na mesma formação discursiva. A formação discursiva apresenta-se como um conjunto de enunciados que não se reduzem a objetos linguísticos, tal como as proposições, atos de fala ou frases, mais submetidos a uma mesma regularidade e dispersão na forma de uma ideologia, ciência, teoria, etc. “[O Discurso] é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência” (2008, p. 132).

Assim, o Discurso é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa.

Seguindo a linha de raciocínio do autor, a produção do discurso é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um conjunto de normas.

Procedimentos internos, visto que são os discursos eles mesmos que exercem seu próprio controle; procedimentos que funcionam, sobretudo, a título de princípios de classificação, de ordenação, de distribuição, como se se tratasse, desta vez, de submeter outra dimensão do discurso: a do acontecimento e do acaso (FOUCAULT, 1996, p. 21).

Nem todos, portanto, estão autorizados a pronunciar o que certo discurso prevê. É necessário o domínio das regras estritas de seu funcionamento interno. Foucault chama essas regras de ‘formas ritualizadas’. O sujeito que fala obedece, então, à ordem do discurso. Foucault define o ritual como a qualificação que os indivíduos que falam devem possuir e que, no jogo de um diálogo, da interrogação, da recitação, devem ocupar determinada posição e formular determinado tipo de enunciados. Assim, o ritual

Define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso; fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites de seu valor de coerção (FOUCAULT, 1996, p. 39).

Nessa perspectiva, o discurso só será considerado legítimo, isto é, só terá algum poder de influência caso o sujeito que fala enunciar coerentemente as proposições que estão explícitas e implícitas no discurso.

Vozes e sentidos: análise do discurso da cena final do documentário “Ônibus 174”

Entre as figuras que compõem a parte final do documentário tem-se um jornalista e as reféns do seqüestro, Luanna Belmont e Janaína Lopes Neves. A seguir, os depoimentos:

Jornalista: "O pessoal que estava ali, estava querendo ver um espetáculo e o espetáculo dizia o seguinte, que o final é a morte do bandido. Isso é comum na nossa sociedade".

Janaína Lopes Neves - refém: "A policia simplesmente matou ele asfixiado, sufocado".

Luanna Belmont - refém: "Acima ou antes de ser policial, o cara é um ser humano que podia estar ali assistindo, sabe? Então ele contém nele todos os sentimentos de ódio e de raiva que também está contido nas outras pessoas impotentes, não é?! Só que ele é potente".

Ao analisarmos os enunciados dos sete personagens no trecho selecionado para análise, encontramos diversos pontos de vistas para a justificativa da morte de Sandro. Estes que por sua vez formam o discurso.

No enunciado do jornalista é visto que em suas palavras a morte de Sandro era o grande final de um trágico espetáculo, onde o final esperado pelo público era a morte do bandido. O personagem vê que o ato da policia era esperado pela sociedade, uma vez que o bandido haveria de pagar pelos seus crimes com a própria vida se possível, seja pelas mãos dos policiais, seja pelas mãos da população, que tentou linchá-lo no momento de sua prisão. Na afirmação do jornalista, "isso é comum na sociedade"⁶, encontra-se a justificativa para o desejo de justiça a ser feito. Encontra-se na morte de Sandro a única punição para o seu ato.

Baseado nesse enunciado e na base teórica utilizada nesse artigo, pode-se fazer a comparação deste com um dos três grandes sistemas de exclusão que atingem o discurso - a vontade de verdade - , segundo Foucault (1996) em A Ordem do Discurso: "Como se para nós a vontade de verdade e suas peripécias fossem mascaradas pela própria verdade em seu desenrolar necessário". É como se o ato policial esperado pelo público fosse a vontade de

⁶ Trecho extraído do documentário

verdade mascarada pela verdade que era a morte de Sandro. Em outras palavras, a ação policial é vista como solução ao acontecido quando na verdade não passa de um ato de crueldade tanto quanto os de Sandro.

Em contrapartida, temos os enunciados de duas reféns: Janaína Lopes e Luanna Belmont. Janaína diz que, embora tenha sido uma das vítimas do sequestrador, não aprova a atitude da polícia. Para ela, um ato irrefletido. “A policia simplesmente matou ele asfixiado, sufocado”. Ela defende que havia outras alternativas de resolver o caso.

Luanna, outra refém, mostra-se favorável à ação policial. É como se ela justificasse o que a policia fez, por meio da argumentação de que a policia era composta por seres humanos, igual ao restante da sociedade. Ela diz: “então, ele [o policial] contém todos os sentimentos de ódio e de raiva que também estão contidos nas outras pessoas impotentes, não é?! Só que ele é potente”. Portanto, os policiais, na condição de seres humanos, com sede de justiça, e como figuras da lei, estariam autorizados a cometerem aquele ato. Afinal, o dever de um policial seria promover a segurança e salvar vidas quando estão em perigo, a qualquer custo.

Crítica à atitude policial

Outros dois depoimentos merecem análise, o de um sociólogo e de uma assistente social. Para entendermos o lugar de fala que tais personagens ocupam, que discursos reforçam, recorreremos ao pensamento Foucaultiano. A seguir, o trecho do que é dito pelos referidos personagens do documentário:

Luís Eduardo Soares - Sociólogo - “Foi a polícia que matou lá os colegas do Sandro na Candelária e a polícia completou o trabalho. É como se as duas pontas da história se fechassem. À polícia cabe o trabalho sujo que a sociedade não quer ver, mas que em algum lugar obscuro de seu espírito deseja que se realize, que se anulem os Sandros, que os Sandros desapareçam de nossas vistas. Nós não queremos ver essa realidade, não podemos suportar essa realidade, então a invisibilidade é afinal reconquistada pela produção policial da invisibilidade, entendeu?!, da anulação que a morte gera.”

Yvone Bezerra – Assistente social: “Eles mataram porque eles estão acostumados a matar e sabem que não vai dar em nada, porque quem é que vai defender um Sandro? Quem vai? Quem vai defender um Sandro? Ninguém.”

Foucault (1996) nos diz que em uma sociedade como a nossa “não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um,

enfim, não pode falar de qualquer coisa” (A ordem do discurso, 1996 p. 9). Os discursos não podem, portanto, ser dissociados das práticas ritualísticas que determinam para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos (p. 39). Nesse sentido, no documentário “Ônibus 174”, o antropólogo e a assistente social constituem-se em vozes autorizadas, legítimas, para evidenciar determinado ponto de vista acerca do sequestro do ônibus 174, bem como sobre qual a responsabilidade de Sandro do Nascimento no fato.

Os dois depoimentos, sob a ótica Foucaultina são enunciados (manifestações discursivas). E como tais, pertencem à ordem de discursos específicos. No caso, o científico e o social. O antropólogo e a assistente social, na condição de enunciadore, colocam-se no mesmo lugar de fala, correspondendo ao mesmo ponto de vista e reproduzindo discursos que enfatizam a defesa da igualdade de direitos, a denúncia das injustiças cometidas contra grupos ou indivíduos com menor poder de fala na sociedade. Apesar de serem de ordens diferentes, os referidos enunciados determinam-se reciprocamente e constroem sentidos similares acerca do mesmo objeto (1996, p. 32), ou seja, a respeito do sequestro do ônibus 174. “Os enunciados, diferentes em sua forma, dispersos no tempo, formam um conjunto quando se referem a um único e mesmo objeto.” (p. 36).

O que é dito pelo antropólogo e pela assistente social, além de configurar o campo de pertencimento prévio de cada um, assinala os tipos de enunciação (discursos) diferentes daqueles a que pertencem. No documentário, essa oposição pode ser destacada pelo discurso policial, o qual propõe um enunciado diverso daquele que é proposto pelos enunciados científico e social. Os dois enunciados atualizam um discurso comum presente na sociedade brasileira. Ou seja, que a instituição policial incorpora e reproduz, em sua conduta, a violência das ruas. Os enunciados tornam visível a imagem de uma polícia que coíbe a violência com violência, a qual seria a natureza íntima do ato policial.

Polícia X Ladrão: o confronto no discurso

A voz especializada em operações policiais presente no documentário é do Capitão Rodrigo Pimentel. O ex-policial acompanhou de longe as operações do Batalhão de Operações Especiais (BOPE) no episódio do sequestro do Ônibus 174 e mantém durante todo o documentário uma visão crítica a respeito da ação da polícia na ocasião. Em seu

relato, o capitão fala de como seria a forma certa de agir por parte da polícia apontando as falhas da operação. Seu posicionamento crítico e contrário à ação policial na data foi um dos motivos que fizeram com que ele fosse afastado do BOPE encerrando sua atuação iniciada em 1995 como capitão do batalhão. Pós-graduado em Sociologia Urbana e consultor de segurança, Rodrigo Pimentel ajudou a produzir o documentário de José Padilha, assim como os filmes *Tropa de Elite* que compõe a trilogia.

No documentário, o Capitão Pimentel não está sendo observado de acordo com sua trajetória, como um sociólogo e nem como um policial do BOPE, e sim como um consultor de segurança, uma voz especializada que se desvincula do institucional. Neste artigo, o que está em análise é a frase proferida no desfecho final do documentário ao se referir à morte de Sandro por parte da polícia. O policial que defende durante todo o documentário que a polícia tinha condições de tomar atitudes antecipadas antes do trágico desfecho comenta no momento final “quem naquele patamar não mataria aquele sequestrador, não é?”. Ao usar o termo “naquele patamar”, Rodrigo Pimentel traz consigo o olhar de quem acompanhou toda a operação e esperou que a polícia agisse no momento certo e que acredita que dentro da proporção que o caso tomou não havia mais soluções para a polícia e que a morte de Sandro era o desfecho mais adequado, pois o que podia ser feito anteriormente não podia mais após a morte da refém. O capitão utiliza também a expressão “não, é?” tornando seu discurso uma pergunta retórica que gera reflexão no espectador.

O discurso do Capitão pode ser confrontado com a figura do “Colega do Sandro” não identificado. O personagem que aparece usando uma meia para esconder o rosto, apresenta-se como um assassino em potencial e choca os espectadores com o grau de violência contido em seu discurso. Falando sobre o gosto em matar e do ódio que sente pela polícia, ele representa a figura da violência no documentário, de alguém que não tem pena e medo de nada e ninguém. O “Colega do Sandro” fala da vida no Instituto Padre Severino, onde conheceu o sequestrador, de como ensinou outros jovens a agirem no mundo da criminalidade e tem no centro de seu discurso a crítica às atitudes de Sandro no sequestro do ônibus 174. Assim como o Capitão Pimentel aponta as falhas na operação policial, o “Colega do Sandro” mostra os erros na postura de Sandro, apresentando-se como um especialista do mundo da criminalidade, mostrando como Sandro deveria agir para ser bem sucedido no crime aos olhos dos companheiros.

No discurso do “Colega do Sandro” no fragmento analisado, fica facilmente identificável a raiva que sente da polícia, trazendo na fala a carga de experiências negativas

que tem a respeito da polícia, apresentando seu opositor como covarde e de gosto pela prática homicida. Para o “Colega do Sandro” a polícia mata Sandro no desfecho final da história porque “é o que eles gostam de fazer”⁷. Além da linguagem verbal, a entonação na voz ajuda a compor seu discurso, o tom sarcástico carregado de raiva pela categoria policial. O personagem também utiliza várias vezes o termo “tá entendendo?”, como se buscasse que o receptor concordasse com ele, assumindo assim a postura de alguém que está explicando algo que quem está ouvindo não sabe, mas precisa conhecer.

Considerações Finais

Este artigo teve como objetivo analisar a formação discursiva dos enunciados, por meio da análise feita sobre os enunciados de sete personagens no trecho final extraído do documentário *Ônibus 174*, que mostra o quanto são diversas as justificativas para a morte de Sandro Nascimento. Com isso pode-se notar como a função enunciativa é aplicada na formação dos discursos de cada personagem, dando a cada um que ler ou ver uma visão diferente do acontecimento.

Referências Bibliográficas

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves., 7ª edição. 3ª reimpressão. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2008.

_____. **A ordem do discurso**. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3ª edição. Edições Loyola, São Paulo, 1996.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário**. Tradução Mônica Saddy Martins. Campinas, SP: Papyrus, 2005. – (Coleção Campo imagético).

RAMOS, Fernão Pessoa e CATANI, Afrânio (orgs.). O que é documentário? In: **Estudos de Cinema SOCINE 2000**. Porto Alegre. Editora Sulina, 2001, p. 192/207

Filmografia

COHEN, Vivianne. “**Voz do ônibus 174**”. Disponível em: http://www.terra.com.br/istoegente/171/reportagens/rodrigo_pimentel.htm. Acesso em 15 de novembro de 2013.

⁷ Trecho extraído do documentário

COSTA, Tamiles do Espírito Santo; RODRIGUES, Rosa Luciana. **Documentário Ônibus 174: o paradoxo da sociedade brasileira**. Belém. Universidade Federal do Pará. UFPA. 2011. Disponível em: http://www.unicentro.br/redemc/2011/conteudo/mc_artigos/Midia_Cidada_Costa.pdf. Acesso em 16 de novembro de 2013.

PADILHA, José. (Diretor). **Ônibus 174** [DVD]. Brasil: LK-TEL Vídeo, 2002.

ROCHA, Leonardo Coelho. **O caso Ônibus 174: Entre o documentário e o telejornal**. Belo Horizonte. Centro Universitário de Belo Horizonte. UNI-BH. 2004 Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/rocha-leonardo-documentario-telejornal.pdf>. Acesso em 15 de novembro de 2013.

TABAK, Bernardo. “**Após 10 anos, sequestro do ônibus 174 vive na memória das testemunhas.**” Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2010/06/apos-10-anos-sequestro-do-onibus-174-vive-na-memoria-de-testemunhas.html>. Acesso em 15 de novembro de 2013.